UNASUL: uma possível nova concepção geopolítica de segurança regional para a América do Sul

Álvaro José Aquino Machado
Brendon da Costa Coutinho
Douglas Dorneles Torbitz
Vinicius Rodrigues Almeida de Souza
Vitor da Silva Abreu [1]

RESUMO: com a queda do muro de Berlim, no ano de 1989, perderam força as instituições criadas pelos EUA e pela União Soviética no pós-guerra para fazerem frente ao desempenho bélico nas suas áreas de influência pelo mundo na Guerra Fria. O Pacto de Varsóvia e a OTAN tiveram seus alcances modificados com o surgimento dos movimentos de independência nos países da cortina de ferro e da África, pela autonomia e unificação da Europa e, também, pela influência da globalização. Nesse contexto, faz-se necessário estudar a situação atual da América do Sul nos aspectos que podem influenciar de alguma forma a questão da segurança dentro desse subcontinente. Projeta-se a UNASUL como a melhor representante das aspirações e demandas dos países sul-americanos. A América do Sul é uma região de importância no cenário global, por aspectos hídricos, energéticos, minerais e agrícolas; que já eram observados pelos países colonizadores. Atualmente é uma região detentora de um mercado consumidor importante e, no segmento de defesa, representa países que não possuíam nenhum trabalho nessa esfera, tornando-os satélites de políticas oriundas de potências globais que se revezaram no poder mundial ao longo da história. A criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) no bojo da UNASUL criou uma nova perspectiva de cooperação no que se refere à segurança interna e regional.

Palavras-chave: América do Sul. UNASUL. CDS.

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio acadêmico apresenta, sob uma perspectiva geopolítica, como o aumento da participação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) na esfera da segurança influi na solidez da integração do continente Sul americano. Portanto, o objetivo principal é voltar atenção para a região, a fim de analisar de que forma a UNASUL pode potencializar seu papel estratégico na defesa dos interesses de seus países membros, identificar suas ações nesse sentido e compreender quais são os principais desafios que a instituição vem enfrentando nos últimos anos. Dessa forma, destrinchar o complexo contexto de formação da Organização, tratando desde as suas origens mais remotas em meados do século XIX até o seu início efetivo no século XXI, dando ênfase aos valores, objetivos e missão da UNASUL para com o continente sul-americano.

Considerando que a UNASUL pode ser um mecanismo estratégico de integração regional na defesa da América do Sul frente às influências externas,

[1] Cadetes do 4º Ano da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), sob orientação do 1º Tenente 1º Tenente Rômulo Vieira de Oliveira, instrutor do Curso de Material Bélico da AMAN.

utilizamos como principais fatos: a realidade da América do Sul em ser uma região marcada por vasta riqueza de recursos naturais e por ser um forte setor de produção de produtos primários; o histórico dos movimentos políticos ideológicos na região; e, o processo de integração e cooperação regional através dos blocos econômicos com o advento da globalização e do Mercosul. A escolha deste tema, em grande parte, veio da vontade de olhar de forma mais crítica às relações interestatais dentro do nosso continente, em especial, das relações de hegemonia nele estabelecidas ao longo do tempo.

Dessa forma, ao estudar uma associação de Estados específica da região Sul-Americana, consegue-se caracterizar e compreender as mutações pelas quais perpassa o conceito de soberania e independência num cenário globalizado e, ainda, entender como e a que nível essa instituição é capaz de agir de acordo com os objetivos do processo integrativo, buscando ainda, demonstrar como esta pode exercer um papel estratégico relevante no continente através do fortalecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano.

2. ANTECEDENTES DA UNASUL

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL AMERICANA

O desejo de integração da América do Sul remonta aos tempos de Simón Bolívar no século XIX, e seu projeto de unificação das nações latino-americanas, anterior à efetivação da independência política das colônias espanholas na América. De fato, podemos atribuir a de Bolívar, o primeiro ensejo pelo estabelecimento de uma cooperação multilateral entre os países do continente e, além disso, podemos também identificar como o primeiro passo, o Congresso do Panamá, convocado por Simón Bolívar em 1826.

Em 1815, Bolívar defende na Carta da Jamaica, que seria vantajosa a tentativa de fazer do novo mundo uma nação unificada. O autor alega que essas nações do novo mundo deveriam possuir uma só língua, reconhecidas por uma só origem, baseadas em uma religião, e, assim, haveria uma confederação de Estados formados em cima de um corpo de costumes, estreitando um único vínculo entre elas. No entanto, tendo em vista as condições históricas naquele momento e a oposição reinante à criação de uma confederação de Estados na América do Sul, o projeto não obteve êxito.

Há de se considerar que este foi o embrião para a construção de uma aliança continental, pois diversas reuniões entre países hispano-americanos se desenrolaram posteriormente. Foi somente em 1889, com a Primeira Conferência Internacional Americana realizada em Washington DC, que surge a primeira união concreta e formalizada entre os países do continente americano, a União Internacional das Repúblicas Americanas ou União Pan-Americana. (OEA-Nossa história)

Nas primeiras décadas do século XX, há uma transição na abordagem dos EUA para a América Latina, evidenciado na mudança de uma postura agressiva – com políticas empregadas no início do século na chamada diplomacia do "Big Stick", empregada como corolário da Doutrina Monroe – para uma postura cooperativa com uma maior parceria política e assistência financeira oferecida aos países vizinhos na chamada "Política da Boa Vizinhança" (SCHOULTZ, 2000). Até meados deste século, os países latino-americanos mantiveram-se ligados cada qual à Europa e EUA, tendo em vista sua histórica ligação econômica e por se tratarem de economias essencialmente agroexportadoras e importadoras de produtos acabados. No plano sub-regional, ocorreram alguns acordos bilaterais pouco significativos e de estabelecimento de

fronteiras entre os Estados – não houve nenhum movimento significativo de integração regional, apesar de o discurso integracionista latino-americano estar sempre presente.

Para Bresser Pereira (2010), com o advento do fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA buscaram reforçar seu papel de hegemonia continental durante a Guerra Fria, lançando mão da tese do Pan-americanismo, o qual serviria como justificativa para unificar todo o continente contra a "ameaça comunista". Dessa tese surge a Organização dos Estados Americanos (OEA) na Conferência de Bogotá de 1948.

3. CRIAÇÃO DA UNASUL

A UNASUL é uma comunidade política formada oficialmente em 23 de maio de 2008 quando da assinatura dos 12 (doze) presidentes sul-americanos na cidade de Brasília, paralelamente às tentativas de estreitar os laços do MERCOSUL. Pode-se dizer que a sua origem data da 3ª Reunião de Presidentes da América do Sul, em 2004, na cidade de Cuzco, no Peru, na qual foi redigida a Declaração de Cuzco, que criou as bases para a UNASUL. Essa instituição é estruturada por Conselhos formados por Chefes de Estado, por Chanceleres e por Delegados, por uma Secretaria Geral e por 12 Conselhos Setoriais, que tratam de temas específicos, a saber: energia, defesa, saúde, desenvolvimento social, infraestrutura, problema mundial de drogas, economia e finanças, eleições, educação, cultura, ciência, tecnologia, inovação, segurança cidadã, justiça e coordenação de ações contra a delinquência. Portanto, a instituição extrapola o perfil de regionalismo aberto - modelo que dá ênfase a integração comercial - e possui caráter de integração estratégica, ao focar nos elementos de natureza cooperativa e infraestrutura.

A UNASUL foi possível, em grande medida, devido ao esforço do governo Lula durante seus dois mandatos, pois ele, pessoalmente, empenhou-se em direcionar a política externa brasileira para a América Latina. Essa integração se apoia sobre premissas teóricas mais desenvolvimentistas, a qual busca além da integração de mercados, o desenvolvimento articulado entre seus participantes. Atribui-se esse aspecto ao fato de que durante boa parte dos anos 2000, a América do Sul possuía presidentes de tendências mais progressistas, ao contrário dos anos 1990, cujo tom ideológico era neoliberal.

Apesar de não constituir um bloco tradicional econômico, a UNASUL prevê a integração econômica de seus países, através da aproximação com o MERCOSUL e com a Comunidade Andina de Nações, além disso, possui os seguintes objetivos iniciais; desenvolvimento social, expansão energética, desenvolver a infraestrutura regional, integração financeira, proteção ao meio ambiente, redução das divergências locais, fortalecimento da identidade e da cidadania sul-americana, cooperação em migração e trânsito de pessoas, complementação econômica entre os Estados, desenvolvimento da ciência e tecnologia e principalmente a coordenação em matéria de defesa e segurança regional.

Podemos dizer que sob certos aspectos, houve uma evolução da organização, tendo em vista a criação de órgãos deliberativos de natureza geopolítica, como: Conselho de Chefes de Estado e Governo, Conselho de Ministros de Relações Exteriores, Conselho de Delegados e o Conselho de Defesa Sul-americano.

4. MOVIMENTO DOS EUA NA REGIÃO

A América do Sul é uma região com elevado estoque de recursos naturais diversificados e em grande concentração, e por um forte setor de produção de produtos primários, sendo que sua pauta de exportação, tradicionalmente é de commodities. Os países, sobretudo os andinos, são grandes exportadores de minérios, gás natural e petróleo, itens que são matéria-prima em diversos processos produtivos nos países industrializados, os quais buscam obter esses recursos a um custo baixo e bem significativo.

Podemos dizer que historicamente a relação desses países é marcada pela submissão a algum país central, seja Inglaterra e Espanha até o século XIX ou aos EUA a partir da independência, que perdura até hoje. Esse fato leva aos EUA a adotarem políticas de celebrar os Tratados de Livre Comércio (TLC) com esses países (Colômbia, Peru, Chile e Equador), de forma que a política desses países atrapalha um projeto de integração regional sul-americana, onde as riquezas naturais que eles possuem exigem uma política coordenada de defesa e segurança regional para garantir o mínimo de interesse nacional e a soberania de cada país, evitando a submissão total à essa potência global.

Durante a Guerra Fria, os EUA adotaram uma política externa para a América Latina baseada na Doutrina de Segurança Nacional, a qual buscava manter os países sob sua influência, dentro do sistema capitalista e afastando o perigo soviético. (STEPHAN, 2015). Eles propuseram a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA) que seria a instância internacional da região que trataria da questão da segurança e defesa do continente. Eles atuaram de forma direta e indireta na América Latina, apoiando os governos do período, garantindo sua hegemonia tanto no campo geopolítico quanto econômico.

Com o fim da Guerra Fria, as diretrizes americanas para a política internacional mudaram, os EUA determinaram quais seriam seus escopos de “proteção” para o mundo: combate ao narcotráfico, zelar pela democracia e pelos direitos humanos, combater o terrorismo entre outros. Portanto, a partir daí iriam prezar por um mundo livre de terroristas e narcotráfico, democrático e que respeite os direitos humanos, sob essa perspectiva seria justificável inclusive intervenções diretas (Guerra do Afeganistão, do Iraque, por exemplo) e indiretas (apoio a grupos nacionais ligados ao Ocidente) para zelar por um “mundo melhor”.

Especificamente no caso da América Latina, os EUA mantinham o mesmo tom de política internacional intervencionista. O Plano Colômbia, um acordo de cooperação político militar entre os EUA e a Colômbia que consiste em combater o narcotráfico e o financiamento da guerrilha existente com recursos doados pelos traficantes de drogas naquele país, mediante patrocínio financeiro, treinamento militar, fornecimento de equipamento bélico de primeira linha e facilitação comercial em troca de instalação de bases americanas em solo colombiano

De uma maneira geral, os EUA pregam que não há necessidade de desenvolvimento estratégico militar dos países sul-americanos que visem sua segurança perante o sistema internacional. Que esses países deveriam buscar o fortalecimento da segurança interna, deixando a questão internacional sob responsabilidade dos EUA, que é afinal um país hegemônico e que cuidaria da segurança externa desses países. É claro que todo esse discurso tem por pano de fundo a manutenção dos países sul-americanos sob a égide estadunidense e evita que esses países se articulem para a formação seja em conjunto seja nacionalmente através de políticas próprias de segurança e de defesa.

Seguindo essa égide no ano de 1995 e nos seguintes anos, com a saída americana do Panamá por consequência do fim do contrato estabelecido entre as partes (EUA/Panamá), o Comando do Cone Sul Americano procurava na América Latina uma

nova infraestrutura, assim realizou eventos na Argentina, no Brasil e no Uruguai para estreitar relações. Não tendo muito sucesso nesse mister acabou se instalando na cidade de Miami no estado da Flórida tendo em vista sua proximidade com a nossa região e a futura reativação do Comando da 4ª Frota Naval, que foi muita ativa no Atlântico Sul durante a 2ª Guerra Mundial.

A questão econômica, como demonstrada no início do tópico, é fundamental para os EUA que buscam estabelecer os TLC sob a ótica do regionalismo aberto, os quais garantem as matérias-primas fundamentais para a indústria estadunidense e garantem mercados consumidores para os produtos de maior valor agregado americano. É importante notar que por de trás desses acordos os EUA mantêm os países signatários alinhados ao seu discurso, o que garante uma maior influência política e os fragmenta para uma integração regional própria tanto no campo econômico quanto no campo geopolítico.

Portanto, os países sul-americanos estão constantemente assediados pelas potências globais devido às suas riquezas naturais e o amplo mercado consumidor. Logo, nunca foi interessante que a América Latina criasse projetos regionais de integração econômica, sobretudo no campo da defesa e segurança. Cabe ressaltar que a região possui, além das riquezas já citadas, a Floresta Amazônica, que é uma região riquíssima sob diversos aspectos, além de possuir um potencial hídrico muito relevante, como o Aquífero Guarani.

É necessário que haja um interesse regional em buscar mecanismos próprios de segurança, de defesa e de articulação geopolítica em busca de garantir os interesses nacionais de cada país e da sub-região como um todo. A UNASUL é um organismo importante em busca dessas premissas e dentro dela, o Conselho de Defesa Sul-americano que trata especificamente desse ponto.

5. UNASUL E O CONSELHO DE DEFESA SULAMERICANO

O Conselho de Defesa Sul-americano surgiu em 2008 e é composto pelos Ministros de Defesa dos Estados pertencentes à UNASUL. A Declaração de Santiago de 2009 é o documento que institui formalmente tal Conselho. O objetivo do Conselho é criar uma região de paz e de cooperação em que se respeite a autodeterminação dos povos, a soberania nacional e a busca de cooperação pacífica entre os países signatários. A Declaração ainda aponta que o Conselho se baseia nas premissas da ONU, da OEA e da UNASUL, portanto não pretende ser um órgão substituível a nenhum desses, nem fazer frente ao Conselho de Segurança da ONU.

A iniciativa com forte liderança brasileira, notadamente do Presidente Lula e do ex-Ministro da Defesa Nelson Jobim, foi o primeiro passo importante para se pensar a questão da segurança e da defesa regionais na América do Sul de forma autônoma. O CDS é um instrumento da UNASUL que irá tratar dos assuntos de defesa do subcontinente, prezando o pacifismo, a resolução não-militar dos conflitos e a cooperação entre os países, os quais têm um fórum adequado para estabelecer políticas de defesa para a região. É importante salientar, que sempre que houver algum tipo de acordo de natureza militar e de segurança com outro país, deve-se comunicar previamente ao CDS para que os países saibam de antemão e possam se manifestar a respeito e que seja garantido a não violação dos vizinhos e a não interferência, visando sempre uma política conjunta e cooperativa que vise o equilíbrio de forças na região.

No campo de estudos estratégicos, foi criado em 2009 o Centro de Estudos Estratégicos e Defesa do Conselho de Defesa Sul-americano (CEED-CDS), que seria um fórum produtor de estudos e conhecimentos estratégicos para assessoria do CDS.

Sob a liderança de Celso Amorim, ex-ministro das Relações Exteriores do Brasil, já foram celebrados acordos comerciais de indústria bélicas, visando os fortalecimentos dos países vizinhos além de um centro de controle da Amazônia Azul. Inclusive, houve discussões a respeito em fóruns internacionais que visavam deslegitimar a região como interesse estratégico brasileiro.

Com o CDS, surgiram diversas iniciativas que visam garantir o poder dissuasivo da região e demonstrar para o mundo que os países da região estão interessados em manter uma política própria e coordenada de proteção da região, sobretudo em se tratando da Amazônia e do Atlântico Sul. Acreditamos que o Brasil deve continuar a exercer um papel de protagonista nessas iniciativas tanto por ser o país com maior território quanto por ser a principal economia da região, pois possui em torno de 50% do PIB da América do Sul (Fundo Monetário Internacional, 2014).

6. AÇÕES DA UNASUL NO SENTIDO DE DEFESA

Em janeiro de 2009, o primeiro Plano de Ação do CDS foi elaborado, de acordo com o disposto no Art. 14 do Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano, com vigência para aquele ano, estabelecendo as diretrizes de atuação e metas a serem alcançadas, bem como com divisão das responsabilidades entre os Estados-membros e construção de uma zona de paz e cooperação na América do Sul assim como uma "agenda ampla para a construção comum da identidade sul-americana de defesa".

O documento especifica as tarefas e os Estados responsáveis por sua execução. Os temas foram divididos em quatro eixos, são eles: Politicas de defesa, Cooperação militar, Ações humanitárias e Operações de Paz, Indústria e Tecnologia de Defesa e Formação e capacitação. O primeiro eixo temático, referente às Políticas de Defesa, contém seis ações a serem implementadas:

I) criar uma rede para trocar informações sobre políticas de defesa;
II) realizar Seminário sobre a modernização dos Ministérios de Defesa;
III) dar transparência aos gastos militares nacionais;
IV) definir enfoques conceituais;
V) identificar fatores de risco e ameaças à paz regional e;

Articular posições conjuntas da região nos foros multilaterais. Destas, apenas as duas primeiras foram efetivamente implementadas, com a criação de um sítio eletrônico para o CDS (www.cdsunasur.org) e a realização do Seminário de Modernização dos Ministérios de Defesa, em novembro de 2009, em Quito, no Equador. O segundo eixo, sobre Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz, propôs quatro ações:

I) executar exercício conjunto para atuação em caso de catástrofes naturais;
II) realizar conferência para troca de experiências em operações de paz;
III) inventariar as capacidades nacionais para auxílio em ações humanitárias e;
IV) fornecer resposta imediata conjunta quando houver necessidade de ações humanitárias em caso de desastres naturais.

Dentre estas ações, a partir do que foi divulgado oficialmente pela UNASUL e pelo Conselho, nenhuma foi implementada. No caso do terremoto do Haiti, em particular, ocorrido em 12 de janeiro de 2010, houve ação humanitária conjunta dos Estados-membros, inclusive a partir de uma Resolução sobre a Situação no Haiti, em 29

de janeiro e, em 9 de fevereiro daquele ano, e a publicação do documento Solidariedade da UNASUL com o Haiti. No entanto, como o balanço que aqui se faz para o ano de 2009, pode-se afirmar que não houve ação efetivada – reitere-se, segundo fontes primárias e oficiais.

O terceiro eixo temático do Plano refere-se à Indústria e Tecnologia de Defesa, cujas ações podem ser assim resumidas:

I) realizar um diagnóstico das indústrias nacionais de defesa, inclusive com pesquisa e transferência tecnológicas, propondo para isto ações bi e multilaterais de cooperação. Assim como os resultados do segundo eixo, este pode ser considerado não implementado, segundo documentos e informações da UNASUL e do Conselho.

Por fim, o quarto eixo, sobre Formação e Capacitação, propôs:

I) criar uma rede sul-americana de capacitação e formação em defesa com programas conjuntos;

II) realizar programas de intercâmbio docente e estudantil o qual possa contar, inclusive, com bolsas de pesquisa;

III) criar o Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa – CSEED em Buenos Aires e;

IV) realizar o Primeiro Encontro Sul-Americano de Estudos Estratégicos, no Rio de Janeiro. Destas, apenas a última foi realizada, em novembro de 2009. Porém, ressalve-se o já existente intercâmbio para treinamento de pessoal das Forças Armadas entre Brasil e outros Estados latino-americanos, anterior à criação da UNASUL e do próprio Conselho.

Podemos citar como exemplo a atuação da UNASUL na tentativa de resolução da crise política vivida na Venezuela e as suas implicações para a estabilidade da região. A UNASUL foi a única organização aceita tanto pelo governo, quanto pela oposição, para promover o diálogo entre as partes em conflito. A organização está pronta para agir, mas de maneira não invasiva. As grandes reservas naturais e a importância da Venezuela dentro do bloco fizeram com que essa crise pudesse comprometer a estabilidade da América do Sul.

Já a situação atual da Venezuela pode ter um papel desagregador dentro da UNASUL, caso a organização não consiga desempenhar um papel relevante na estabilização do país, assim como pode servir como um desafio à capacidade da entidade de solucionar controvérsias internas. Caso a UNASUL obtenha sucesso, essa crise pode revelar seu potencial como agregador e promotor da estabilidade da região. Como outro exemplo, a Escola Sul-Americana de Defesa surgiu em um ambiente de construção e aprofundamento da confiança mútua entre os países que integram a UNASUL. É uma instituição de ensino que tem como objetivo promover a visão conjunta acerca da defesa e segurança regional, contribuindo para a consolidação da integração regional do bloco sul-americano. (Fonseca, 2014).

Os caminhos para alcançar esses objetivos são através da geração de estratégias focadas na construção da *ciberpaz* sobre a base de uma *ciberdefesa* de proteção contra a espionagem, de consolidação de políticas de defesa, de cooperação militar em ações humanitárias e operações de paz e de desenvolvimento da indústria de defesa na região.

7. CONCLUSÃO

A América do Sul é uma região marcada historicamente por uma pauta de exportações baseadas em commodities, possuir baixa complementaridade econômica,

histórico de fraca integração regional e ser uma região de influência e dominação estratégicas, logo é uma região em termos de integração multidimensional (política, social, econômica, de defesa e segurança) muito incipiente, tanto por influências externas quanto por falta de iniciativas históricas de políticas internas. Entretanto, pode-se observar que mais recentemente nos anos 2000, houveram movimentos importantes no sentido de integração regional, sendo a UNASUL o exemplo mais relevante.

A necessidade de um projeto autônomo de desenvolvimento se demonstra na região tendo em vista a natureza competitiva do sistema internacional, onde potências consolidadas terão acesso privilegiado seja ao mercado de matéria-prima, seja de mercado consumidor de seus produtos. É exatamente nesse cenário que essa pesquisa se mostra essencial, pois observando a integração econômica entre os países sul-americanos e seus blocos, mostrou-se que há uma correlação entre a superação das barreiras assimétricas.

A América do Sul tem um papel relevante, pois é uma região com vasta riqueza natural (água, petróleo, gás, recursos metálicos, pedras preciosas, entre outras), além de ter um vasto mercado consumidor de produtos industrializados. Para tanto, é necessária uma integração que eleve os patamares de proteção e defesa dos interesses regionais, aumente o nível de institucionalização da UNASUL, além de se construir um projeto que seja coordenado e inclusivo para a região, num modelo em que não há perdedores, ou seja, um modelo cooperativo que potencialize os pontos fortes dos países.

É nesse sentido, que o papel do Conselho de Defesa Sul-americano da UNASUL torna-se extremamente decisivo. O objetivo do Conselho é criar uma região de paz e cooperação em que se respeite a autodeterminação dos povos, a soberania nacional e a busca de cooperação pacífica entre os países signatários. Essa iniciativa, com forte liderança brasileira, é um passo importante para se pensar a questão da segurança e da defesa regionais na América do Sul de forma autônoma.

O papel do Brasil deve ser o de catalisador desse processo, pois é o país mais desenvolvido da região – tanto por ser o país com maior território quanto por ser a principal economia da região – e capaz de desempenhar o papel de líder regional sob todos os aspectos. Essa questão de como o Brasil deve se portar perante o processo de integração regional é fundamental para que ele ocorra, portanto exige do país uma agenda regional estratégica.

Além disso, a região deve pautar por estabelecer acordos internacionais com os diversos países, sobretudo aqueles que estejam dispostos a tratados que visem a cooperação em diversos níveis, portanto deve-se recorrer aos países em desenvolvimento que possuem objetivos comuns aos sul-americanos. Isso serve tanto para diversificação de parceiros internacionais, diminuindo a dependência das potências tradicionais quanto para aumentar os parceiros internacionais.

Pode-se concluir que nesse cenário de competição internacional, a integração estratégica regional é um meio pelo qual os países sul-americanos que individualmente são mais fracos e dependentes, podem ganhar força político-estratégica no tabuleiro internacional ao unirem forças por interesses comuns. Deve-se então aumentar os mecanismos institucionais da UNASUL para que ela desempenhe seu papel de organização internacional melhor e com mais eficácia, sobretudo enquanto órgão representativo no sistema internacional.

Como contraponto, há a necessidade de se observar no decorrer do tempo se a UNASUL foi projetada não para atuar no escopo estabelecido em suas Normativas, mas sim a reboque do Foro de São Paulo criado em sua 1ª Reunião em 1990, onde partidos políticos de esquerda e extrema esquerda da América Latina e da América Central

estabeleceram Metas e Planificação rígida para obter a transformação, obtenção e controle ideológico dos países constituintes.

Nesse aspecto a UNASUL pode ser utilizada como braço armado de doutrinação e domínio do poder por partidos não democráticos trazendo para a região décadas de escuridão e baixo desempenho técnico-econômico-financeiro para seus povos.

REFERÊNCIAS

AUSTRAL: *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v.2, n.3, Jan-Jun 2013, p.109.

BOLIVAR, Simón. Carta da Jamaica, 1815.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos (2010). As três interpretações da Dependência. Perspectivas, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez

CREUZ, Luiz Rodolfo Cruz e. Organizações Internacionais de integração e cooperação econômica: Revisões de uma teoria Geral. Revista da SJRJ, Rio de Janeiro, n. 24, p. 211 - 240, 2009. Disponível em: <http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/62/61>. Acesso em: 14 Abr. 2017.

FONSECA, Maria. V. R. O processo de criação da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), no âmbito do Conselho de Defesa da União de Nações Sul-Americanas (CDS/UNASUL), no projeto de integração Sul-Americana: desafios e perspectivas, Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro. Disponível em:<http//http://www.esg.br/images/Laboratorio/publicacoes/NUCLEAS_Veronica.pdf >. Acesso em 27 abr 2017

FURLAN, Fernando de Magalhães. Supranacionalidade Nas Associações de Estados: Repensando a Soberania. Curitiba: Juruá Editora, 2008.

LEITE, Patrícia Soares. O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

NAÇÕES UNIDAS. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe — CEPAL. El Regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad. Santiago de Chile, 1994.

OLIVEIRA, Ana Carolina Vieira de; SALGADO, Rodrigo Souza. Modelos de integração na América do Sul: do Mercosul à Unasul. In: 3° Encontro Nacional ABRI 2001, 3. São Paulo: Associação Brasileira de Relações Internacionais Instituto de Relações Internacionais, 2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000100011&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 14 Abr. 2017.

PADULA, Raphael. 2013. Desafios para uma agenda de segurança na América do Sul: a disputa de poder global, o Brasil e o Conselho de Defesa da UNASUL. Belo Horizonte

______. 2010. Integração Regional de Infraestrutura e Comércio na América do Sul nos anos 2000: uma análise político-estratégica. Rio de Janeiro

PAÍS, Ediciones El (2016). O Brasil, a região e a encruzilhada da Venezuela. 17 maio 2016. EL PAÍS

PRAZERES, Tatiana. 2005. A integração Sul-americana: uma ideia ainda fora de lugar? In: O Brasil e a América do Sul: Desafios do Século XXI. FUNAG. Brasília

RODRIGO, Rangel (2008). De: Raúl Reyes Para: Lula Revista Época,Revista Época. 30 de maio de 2008.

SCHOULTZ, Lars. Dois Séculos Depois. In:__________. Estados Unidos: Poder e Submissão – Uma história da política norte-americana em relação à América Latina, 2000. P. 407-425.

Silva Amaral, Marisa.Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da Dependência, UniCamp(PDF)

UNASUL – Decisão para o Estabelecimento do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul. Salvador: 2008.

_____. Declaração Final da Primeira Reunião de Ministras e Ministros da Defesa do Conselho Sul-Americano (CDS) da Unasul. Santiago: 2009.

_____. Plano de Ação 2009 Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da Unasul. Santiago: 2009.

_____. Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Brasília: 2008.
Site oficial: <http://www.unasursg.org/es/quienes-somos> Acesso em: 16 Abr. 2017.